



**LIBERALIZAÇÃO**

**O retrato das empresas portuguesas tem vindo a mudar consideravelmente nos últimos anos, com a liberalização de sectores como a energia ou a privatização de empresas estratégicas. Que consequências estão a ter e vão ter estas mudanças na economia portuguesa?**

**SOFIA SANTOS**

Economista, Doutorada pela Middlesex University  
Co-Fundadora da SystemicSphere



**Maximizar o potencial desenvolvimento de Portugal**

A privatização de grandes empresas, outrora monopólios naturais como a energia, telecomunicações, gás, águas constitui uma fase normal no contexto do tipo de economia de mercado que se foi construindo nos anos 80 e 90. Com a mudança de propriedade surgem naturalmente várias questões fundamentais ao nível estratégico: o objectivo dessas empresas passa a ser a maximização dos dividendos dos accionistas? Os serviços prestados deixam de ser serviços de utilidade pública? Quem é o público alvo dos serviços? Teoricamente, a liberalização dos mercados tinha subjacente a ideia de que, ao existirem vários 'players' no mercado, a competitividade iria aumentar e, como tal, a qualidade do serviço iria melhorar e o preço baixar. E isto seriam boas notícias para o cidadão. No entanto, a realidade tornou-se bem diferente devido à forma como o mercado de capitais evoluiu, onde a pressão com os resultados trimestrais (e portanto de curto-prazo) se tornaram no único ponto da agenda da grande maioria dos chamados investidores. Neste contexto, pode ser questionável se o sector privado, tal como o sector público, tem um conjunto de ineficiências que limitam o seu potencial valor económico para a sociedade, o que significa que novas análises de custo/benefício deveriam ser realizadas para se compreender qual é o valor económico potencial gerado dessa privatização.

Para Adam Smith, o "fundador" da economia de mercado, o Homem, independentemente do egoísmo que possa ter, tem "evidentemente, alguns princípios na sua natureza que fazem com que ele se interesse pela fortuna dos outros, ficando feliz pela felicidade de outrem, não ganhando nada com isso, a não ser o prazer de ver essa mesma felicidade". E é neste pressuposto que Adam Smith errou: de uma forma geral, o Homem não se interessa pela felicidade dos outros, a não ser que tenha incentivos para isso. Numa economia onde o incentivo é a maximização dos lucros no curto prazo, então as privatizações podem constituir problemas futuros estruturais para os países. É o caso de Portugal. O que se tem passado com a PT, EDP e REN, com a entrada de capitais estrangeiros por parte de países que têm (esses sim) um interesse estratégico de longo prazo em Portugal devido ao acesso que este país lhes dá à Europa e aos Estados Unidos da América (EUA), irá ter consequências negativas a longo prazo na economia nacional. A negociação das privatizações em Portugal dá-se a níveis diferentes: para Portugal trata-se de um encaixe de curto-prazo com mais valias para o Estado e para os envolvidos nesses processos; para os investidores internacionais trata-se de uma aposta num posicionamento geoestratégico que esses investidores querem ter no longo prazo. Este contexto não significa que as privatizações devam acabar. Significa sim que as privatizações devem também ser feitas de forma a maximizar o potencial desenvolvimento de Portugal a longo prazo. Isso sim, é a função de qualquer Estado. ■

**SANDRO MENDONÇA**

Professor de Economia da ISCTE Business School



**Grandes empresas num pequeno país: que lições?**

Um país com um pequeno mercado interno e limitados recursos será tão desenvolvido cá dentro quanto melhor se realizar lá fora. O crescimento da economia portuguesa tem de ser jogado no tabuleiro das exportações e da projecção de valor nos mercados externos. Para isso é necessária uma estrutura produtiva baseada em bens e serviços transaccionáveis de alto valor acrescentado. O retrato das 1000 maiores empresas de base nacional a que agora temos acesso permite desenvolver intuições sobre os caminhos que está a percorrer a economia portuguesa.

Uma palavra metodológica. Uma análise económica séria da realidade produtiva deve estudar instituições concretas em tempo real. Este olhar estrutural e aplicado sobre a economia é muito diferente daquele que caracteriza o discurso dominante (o acompanhamento febril dos agregados que tantas vezes escondem aquilo que os compõem) assim como várias das retóricas da moda (a eterna ênfase nas PMES e, mais recentemente, no empreendedorismo). Em Portugal o Instituto Nacional de Estatística divulga regularmente indicadores censitários sobre o aparelho empresarial português e, hoje em dia também, o Banco de Portugal estuda empiricamente a dinâmica do sector produtivo nacional. Isso mostra que esta abordagem é mais que uma curiosidade; é fonte de informação útil para a tomada de decisões de política pública.

O que aprendemos, então, com os novos dados? Em primeiro lugar notamos que existe resiliência. Apesar da crise a maioria das grandes empresas continua em actividade. Quer isto dizer que as grandes empresas, mesmo sem serem eternas (BES, PT, etc.), se constituem como activos de estabilidade do sistema económico como um todo e devem, por isso, ser alvo de atenção e exigência por parte da regulação. Em segundo lugar, apesar das vagas da alegada liberalização, as empresas de topo mostram ainda uma grande apetência pela extracção de valor num mercado interno protegido. Por exemplo, entre as cem maiores o comércio por grosso e a retalho é talvez demasiado expressivo (37 empresas!) bem como o peso da distribuição de energia (seis) e da construção (sete). Com estes temos exactamente 50% das maiores entre as maiores (top 100).

Em terceiro lugar, continua a haver uma muito baixa densidade inovadora. Não mais de 50 empresas em 1000 podem ser consideradas como de alta-tecnologia (classificação OCDE). Certamente muitas das empresas portuguesas adoptam as tecnologias de último grito, mas quantas delas produzem patentes e exportam conhecimento para os mercados mais dinâmicos da globalização contemporânea? Assim, e em síntese, os padrões exibidos pelas populações de empresas permitem observações interessantes e úteis. Os dados mostram que as grandes empresas são, no seu conjunto, capazes de enfrentarem ciclos recessivos mas, também, que ainda existem demasiadas empresas especializadas em grandes importações e, em contrapartida, a economia continua muito pouco vocacionada para a geração e exportação de inovação. ■

# 1000 Maiores Empresas (DE)

03-12-2014

Tiragem: 17920

País: Portugal

Period.: Anual

Âmbito: Economia, Negócios e

Pág: I

Cores: Cor

Área: 11,48 x 2,38 cm<sup>2</sup>

Corte: 2 de 2

